

GÊNERO AMEAÇANDO E GÊNERO AMEAÇADO'. E ONDE FICAM A COLONIALIDADE E A RAÇA NESTA HISTÓRIA?¹

Caterina Alessandra Rea²

Resumo: o texto apresenta o contexto dos ataques à categoria de gênero movidos por movimentos e atores sociais ultraconservadores através do lema 'ideologia de gênero', e as críticas elaboradas no campo feminista que apontam para o gênero como um valioso instrumento de desnaturalização da ordem dos sexos e das sexualidades (Garbagnoli, 2015, Garbagnoli; Prearo, 2017). Porém, a defesa desta categoria não pode se passar da concomitante discussão sobre raça, colonialidade, classe e outras relações de poder, conforme reivindicam os feminismos decoloniais e a crítica *queer of color*.

Palavras-chave: ideologia de gênero; gênero; interseccionalidade; queer of color, relações de poder

Abstract: the text presents the context of attacks on the category of gender by ultraconservative movements and social actors through the motto 'gender ideology', and the criticisms made in the feminist field that point to gender as a valuable instrument for denaturalizing the order of the sexes and sexualities (Garbagnoli, 2015, Garbagnoli; Prearo, 2017). However, the defense of this category does not go beyond the concomitant discussion about race, coloniality, class and other power relations, as claimed by decolonial feminisms and the queer critique of color.

Keywords: gender ideology; gender; interseccionality; queer of color; power relations.

Résumé: ce texte présente les attaques dirigées contre la catégorie de genre par des mouvements et des acteurs sociaux ultraconservateurs qui mobilisent le terme 'idéologie de genre', et les critiques élaborées par le champ féministe qui rélèlent le genre comme un précieux instrument de dénaturalisation de l'ordre des sexes e des sexualités (Garbagnoli, 2015, Garbagnoli; Prearo, 2017). Néanmoins, la défense de cette catégorie ne peut pas se passer d'une discussion concomitante sur la race, la colonialité, la classe et d'autres relations de pouvoir, comme le revendiquent les féminismes décoloniaux et la critique queer of color.

Mots-clé : idéologie de genre ; genre ; intersectionnalité ; queer of color ; relations de pouvoir

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada na Mesa redonda "Lutas e Estratégias", durante a 'V Jornada Internacional – Gênero Ameaça(n)do: Ofensivas Anti-gênero e Resistência', realizada nos dias 26 e 27 de setembro de 2022, no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (Salvador).

² É professora Adj C na UNILAB- Universidade (Federal) da Integração da Lusofonia Afro-brasileira - Campus de São Francisco do Conde - BA. Possui graduação em Filosofia pela Università Cattolica de Milão (Italia), DEA (Diplôme d'Etudes Approfondies) e doutorado em Filosofia pela Université Catholique de Louvain - Belgica e Master 2 em Clinique du Corps et Anthropologie Psychanalytique pela Université Denis Diderot - Paris VII. Trabalhou como "Assistant" em Antropologia Filosófica no Institut Supérieur de Philosophie, Université Catholique de Louvain, como Chargé de cours em Sciences Humaines, Arts et Culture na Université Charles de Gaulle - Lille 3 e como pós-doutoranda no Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, no Nucleo Identidades de Gênero e Subjetividade (NIGS). É autora de três livros: "Dénaturaliser le corps. De l'opacité charnelle à l'énigme de la pulsion", L'Harmattan, Paris, 2009, "Psychanalyse sans Oedipe. Antigone, genre et subversion", L'Harmattan, Paris, 2010 e "Corpi senza frontiere. Il sesso come questione politica", Dedalo, 2012. Tem experiência na área de Filosofia, Estudos de gênero, Teoria e Crítica Queer of Colour (QOC), Feminismos transnacionais e Estudos pos-coloniais. Na UNILAB/Campus dos Malês, coordena o Grupo de Pesquisa FEMPOS/Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias anti-hegemônicas. Desde abril de 2019, integra o Programa de Pós-graduação do Núcleo de Estudos da Mulher (PPGNEIM)>

Introdução

Muito tem se falado, em vários países do mundo ocidental, incluindo países da Europa central, os Estados Unidos e mesmo a América Latina, sobre os ataques conduzidos por grupos reacionários e ultraconservadores de matriz religiosa contra os Estudos de Gênero e Sexualidades e contra os avanços no campo social e político da inclusão e dos direitos de mulheres, minorias sexuais e de gênero (Junqueira, 2022). Com base na doutrina católica e em documentos vaticanos, estes movimentos e atores sociais reivindicam a ordem familiar, em sua organização heterossexual, como o limite da democracia e da politização/historicização das normas sociais. De fato, como lembra o sociólogo francês, Éric Fassin,

Nas sociedades democráticas, as normas perdem sua evidência natural; elas aparecem como de fato elas são: convenções sociais, que são produtos de uma história. Elas se revelam, então, abertas à mudança, expostas à política. A ordem das coisas não é percebida senão como uma ordem provisória, submissa à vontade democrática. Dito de outra forma, paramos de atribuir às normas sociais um fundamento transcendente, quer se trate de Deus, da Natureza, da Tradição (Fassin, 2010: 220).

Como afirma Fassin, na continuação do texto, fazer da família, do matrimônio e da ordem sexual a última fortaleza da transcendência e da suposta naturalidade das normas implica desafiar a “historicidade democrática” (*idem*). Ou seja, os ataques ao conceito de gênero são a expressão da tentativa de manter uma ordem supostamente transcendente e capaz de orientar os rumos das decisões políticas, em campos extremamente sensíveis como a ordem das relações familiares, da educação, da cultura e dos direitos humanos (Junqueira, 2022). Diante destas ofensivas reacionárias e antidemocráticas, o campo dos Estudos de Gênero e Feministas tem afinado seus instrumentos de análise teórica e de contestação crítica, reconstruindo a gênese religiosa de tais movimentos, assim como seus objetivos políticos e slogans retóricos. A maior preocupação de pesquisadorxs e ativistas destas áreas foi defender a pertinência da categoria gênero e separar acuradamente o uso plural e polissêmico do termo feito pelos Estudos de Gênero e Feministas da construção estática, rasteira e monolítica que se

esconde por trás das expressões teoria/ideologia de gênero (Garbagnoli, 2014 e 2015; Husson, 2014; Garbagnoli e Prearo, 2017, Junqueira, 2022).

O propósito deste texto consiste em uma leitura interseccional e decolonial sobre o contexto social e político das discussões em defesa da categoria de gênero perante as pressões e provocações do confuso “sintagma teoria/ideologia de gênero”, (Garbagnoli, 2015; Garbagnoli e Prearo, 2017)³. Mais especificamente, queremos aqui indagar como as ferramentas do feminismo decolonial e da teoria *queer of color* podem nos auxiliar no enfrentamento crítico dos grupos anti-gênero e revelar os diferentes braços da ideologia conservadora. E ainda, qual é o lugar das questões decoloniais na resistência contra a ofensiva anti-gênero, uma frente de resistência que, até então, parece ter sido encampada mais frequentemente pelo feminismo branco e euro-americano? De fato, feministas decoloniais, como Maria Lugones ou Oyeronké Oyewumí (2021), têm contestado a universalização da categoria de gênero, enquanto ela estaria profundamente marcada pela *colonialidade* e seria parte de uma mesma estrutura de poder. Em diferentes contextos do Sul global, a discussão sobre o termo gênero e sua integração nas práticas teóricas e militantes vem suscitando questionamentos relativos a se, ao trazer este conceito, não se estaria repetindo uma forma de colonialismo epistêmico. Diversxs autorxs, na América Latina e na África, têm manifestado desconfiança diante da maneira com que categorias forjadas pelos feminismos ocidentais vêm sendo usadas para a análise das realidades sociais de países do Sul global. Nessa direção, a antropóloga nigeriana de origem iorubá, Oyèronké Oyèwumí, questiona a maneira pela qual o feminismo ocidental universalizou a categoria de gênero enquanto base para a compreensão da organização social e dos laços de dominação em todas as sociedades, inclusive as sociedades africanas como a Iorubá, anteriormente ao período colonial. Para Oyèwumí, a relevância conferida à categoria de *gênero* e de *mulher*, em muitas pesquisas sobre contextos africanos, seria a expressão da hegemonia que o pensamento europeu assumiu ao longo da modernidade e a partir do processo de colonização e escravização na África e na América latina. Ao criticar a ideia de que o gênero seja “um princípio organizador fundamental em todas as sociedades” (Oyèwumí, 2021:18), esta autora chega à conclusão de que o “gênero simplesmente não

³ A expressão *sintagma teoria/ideologia de gênero*, que se tornou comum no Brasil com a publicação do texto de Rogério Diniz Junqueira (2022), foi inicialmente usado no contexto francês por autorxs como Anne-Charlotte Husson (2014) e pelxs pesquisadorxs italianxs Sara Garbagnoli e Massimo Prearo (Husson, 2014; Garbagnoli, 2015; Garbagnoli e Prearo, 2017).

era inerente à organização social humana” própria aos Iorubás e outras culturas africanas (Oyèwumí, 2021: 19).

Então, como resgatar e defender a categoria de gênero diante destes ataques que a desvirtuam, em nome de uma lógica antidemocrática e de “um projeto de poder reacionário” (Prado, 2022: 11), sem esquecer de continuar a decolonizá-la? Como pensar uma oposição intelectual aos argumentos dos grupos anti-gênero no prisma de uma perspectiva decolonial, que trabalhe, por exemplo, a oposição ao gênero de maneira interligada e simultânea à oposição à raça? Nessa linha, nas sociedades neoliberais contemporâneas, a retórica da pós-racialidade define também um perigoso discurso que pretende ter liquidado a opressão racial e (neo)colonial, assim “impedindo a discussão sobre racismo, islamofobia, direitos dos imigrados, deixando de lado, diminuindo ou deslegitimando qualquer atenção à raça” (Bacchetta, Maira, Winant, 2019: 4)⁴.

Acreditamos que não podemos realmente refletir sobre os contextos dos discursos anti-gênero sem analisar, ao mesmo tempo e conjuntamente, os discursos e as estratégias que pretendem eliminar a categoria de raça ou de colonialidade como categorias de análise críticas das desigualdades que atravessam o “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno” (Grosfoguel, 2010: 458). Ao afirmar isso, queremos dizer que precisamos entender que, como explica Éric Fassin (2019) em uma entrevista recentemente publicada no Brasil, os guardiões da velha ordem são os mesmos tanto para o domínio sexual como para o racial, mesmo que possam estrategicamente camuflar suas posições racistas e fazer apelo a uma forma de “conciliação racial” (Oliver, 2013: 93), através do mito da sociedade pós-racial. Mas, precisamos também levar em conta, como nos indicam inúmeras contribuições de feministas decoloniais e *queer of color*, que as campanhas ao redor do gênero e da sexualidade têm, recentemente, se envolvido em políticas neoliberais, neocoloniais e imperialistas. Termos como

⁴ “Em muitos países hoje, a ideia dominante é a da pós-racialidade. Governos e grupos dominantes, em muitas nações, reivindicam que as suas sociedades transcenderam a discriminação racial e deixaram de lado o conceito mesmo de raça. O pós-racialismo, também chamado de daltonismo racial (*colorblindness*) – especialmente nos Estados Unidos – trabalha para legitimar políticas racistas, para enfraquecer ou suprimir as críticas ao racismo e para minar os movimentos que desafiam a opressão, a repressão, a exploração e a desigualdade neocoloniais e raciais persistentes” (Bacchetta, Maira, Winant, 2019:4).

homonacionalismo (Puar, 2007 e 2015)⁵, homocapitalismo (Rao, 2015)⁶ ou necropolítica queer (Haritaworn; Kuntsman; Posocco, 2014)⁷ descrevem algumas destas tensões. Essas noções, mobilizadas pela crítica *queer of color* e queer decolonial, partem da constatação de que nossa situação atual está marcada pela “colonialidade ou [pelos] efeitos econômicos, culturais e epistemológicos do colonialismo e do neocolonialismo”

⁵ Em um texto publicado em português em 2015, Jasbir Puar define o homonacionalismo como uma categoria de análise que permite entender as profundas interconexões, no contexto global atual, entre direitos LGBT, políticas neoliberais e controle das populações racializadas. Escreve a autora: “...o homonacionalismo é fundamentalmente uma crítica à forma como os discursos dos direitos liberais de lésbicas e gays produzem narrativas de progresso e modernidade que continuam a conceder a algumas populações o acesso a formas culturais e legais de cidadania, em detrimento do abandono parcial e integral dos direitos das restantes populações” (PUAR, 2015: 299). Ao passo em que uma porção da população LGBT, fundamentalmente branca, de camadas médias, polida em sua identidade de gênero e consumidora, acede aos parâmetros de respeitabilidade e aceitação social, outros grupos, ou seja, grupos racializados, de imigrantes e pertencentes às camadas menos abastadas vêm ocupar as margens da sociedade, antes reservadas aos desviantes sexuais, e se tornam alvo de políticas de controle estatal e policial. Assim, o homonacionalismo usa a ideia orientalista de progresso para colocar o outro não ocidental na posição de que é supostamente pré-moderno, atrasado e perverso. Escreve ainda Jasbir Puar, no mesmo texto, “Posto de uma forma simples, o homonacionalismo corresponde à ascensão em simultâneo do reconhecimento legal, de consumidor e representativo dos sujeitos LGBTQ, e à restrição das prestações sociais, dos direitos dos imigrantes e da expansão do poder do Estado nas tarefas de supervisão, detenção e deportação. A narrativa do progresso dos direitos gays assenta, assim, no apoio do outro racial e sexualizado, para quem esse progresso foi outrora alcançado, mas que se encontra agora a regredir ou que ainda está para advir. Este processo baseia-se na sustentação da respeitabilidade dos sujeitos homossexuais relativamente à reiteração performativa da (homo e hetero)sexualidade perversa de natureza patológica dos outros raciais, especificamente dos outros Muçulmanos, sobre quem recaem as projeções orientalistas e neo-orientalistas”, (PUAR, 2015: 299). Reportamos também uma lúcida referência de Paola Bacchetta, publicada na rede *Decolonizing sexualities network*, sobre o homonacionalismo definido como “uma mudança nas condições LGBTQI, de invisibilização, de patologização, de criminalização ou de eliminação, [para] uma situação nova na qual alguns de nós – os mais homonormativos entre nós – são incluídos na normatividade-nacional dos países do Norte global” (Bacchetta, 2018: s/p). Desta forma, continua Bacchetta, “os Estados ampliam as fronteiras da normatividade nacional para incluir os *homos* mais conformes com a normatividade branca, em detrimento de todxs xs queers e trans, demasiadamente queer e trans, e de todas as pessoas racializadas que permanecem ainda fora da norma” (*idem*).

⁶ O teórico indiano Rahul Rao usa o termo homocapitalismo como uma “crítica da política assimilacionista gay nos EUA e na Europa Ocidental” (Rao, 2015: 47). Como acontece com os termos homonacionalismo e homonormatividade, o homocapitalismo “significa a incorporação seletiva de alguns queer higienizados do ponto de vista da raça, da classe e do gênero no capitalismo e a rejeição de outros através de uma política liberal de reconhecimento que evita a necessidade da redistribuição” (*idem*). Ou seja, a não reivindicação de pautas sociais de redistribuição de renda divide a comunidade queer condena uma parte à marginalidade e à exclusão sociais. Rao argumenta a partir da constatação de que muitas instituições representativas do capitalismo global têm reivindicado uma postura *gay-friendly* e se tornado veementes defensoras dos direitos de minorias sexuais, não só no ocidente, como também em países do Sul Global. O principal argumento que sustenta as campanhas de tais entidades, como o Banco mundial e o FMI, é o dos “custos econômicos humanos da discriminação contra a comunidade LGBT” (Rao, 2015: 38). Porém, ao defenderem políticas neoliberais e imperialistas e ao recorrerem à aplicação de sanções econômicas para países que não respeitariam as minorias sexuais, tais instituições acabam reproduzindo a homofobia que pretendem ao mesmo tempo enfrentar.

⁷ Interseccionando a noção de necropolítica de Achille Mbembe com as reflexões de Puar sobre os efeitos do homonacionalismo, xs autorxs falam de necropolítica queer para indicar as cumplicidades das políticas gays com interesses neoliberais, neoimperialistas de países do Norte global e com a reprodução de políticas racistas e islamofóbicas.

(Bacchetta, 2018: s/p) e pelo “capitalismo avançado” (*idem*). Pensamos que, para complexificar essa leitura da categoria de gênero em uma perspectiva decolonial, sejam pertinentes as reflexões de Paola Bacchetta (2015) sobre o que ela chama de co-formações e co-produções no contexto de uma leitura plural e combinada das relações de poder. Tais conceitos aprofundam a categoria de interseccionalidade apresentando cada um dos eixos de poder como sempre, ao mesmo tempo, portador dos outros, no sentido de que cada relação de poder deve ser pensada “como um efeito de multiplicidade” (Bacchetta, 2015: 133). Desta forma, a própria noção de gênero será considerada

não como uma formação (...), mas como uma *co-formação* constituída de numerosas relações de poder (como a sexualidade e o racismo entre outras) assim como por *co-prduções* (...) como o capitalismo e o colonialismo mundial (*idem*).

Nessa perspectiva, o gênero não pode ser pensado fora da trama dinâmica das relações de poder e dos sistemas de dominação espaço-temporalmente organizados, que são o que Bacchetta denomina co-produções: “o capitalismo mundial, o colonialismo, o neo-colonialismo e a ocupação” (*idem*).

As ameaças do gênero

Antes de tentar abordar estas perguntas, analisaremos, de forma breve, o contexto das campanhas anti-gênero e as resistências práticas e teóricas que tais campanhas têm suscitado. Como várixs estudiosos apontaram, o que torna a categoria de gênero ameaçante para o pensamento conservador é o poder de desnaturalização próprio dessa categoria, que permite uma compreensão laica, desessencializada e dinâmica das relações humanas, particularmente as desigualdades entre homens e mulheres e entre as sexualidades. Conforme destacam Lépinard e Lieber (2020),

o conceito de gênero rompe com o pensamento naturalista que atribui a homens e mulheres papéis sociais específicos em razão de suas presumidas características biológicas e reprodutivas. Ele abre um campo de saberes e permite o que devemos designar como verdadeiras rupturas epistemológicas em muitas disciplinas (Lépinard e Lieber, 2020: 1).

Muito já foi escrito sobre a não existência da teoria/ideologia de gênero, sempre usada no singular, na tentativa de apagar e de eliminar a intrínseca polissemia da categoria

gênero, como trabalhada pelos Estudos de Gênero (Husson, 2016; Bereni e Trachman, 2014, Garbagnoli e Prearo, 2017; Garbagnoli, 2015; Junqueira, 2022). Além de apagar os diferentes significados que o termo gênero assume ao longo da história das teorias feministas e queer, este lema impreciso, nebuloso e rasteiro “apaga também qualquer diferença entre discurso científico, político e militante para se concentrar em uma oposição entre verdadeiro e falso, bem e mal, realidade e ‘gender’” (Husson, 2016: 13). Anne Charlotte Husson e Sara Garbagnoli têm amplamente mostrado como os discursos anti-gênero com sua linguagem bélica e seu funcionamento na base de oposições, dualismos e bicategorizações, não se dão bem com a linguagem polissêmica, com a pluralidade de significados e de teorizações como as que têm contribuído para pensar a categoria de gênero na história das teorias feministas.

As principais análises ao redor das discussões sobre ideologia de gênero têm se concentrado, prevalentemente, nos países ocidentais. A maioria dos textos concernem a situação em países centrais como França, Itália, Hungria, ou Estados Unidos. Autorxs como Sara Garbagnoli, Éric Fassin ou Anne Charlotte Husson, no contexto francês, apontaram para a origem do termo ideologia de gênero a partir da Igreja Católica e de documentos do Vaticano, que visavam a reagir contra as disposições da Conferência mundial das mulheres, em Beijing (1995). Como afirma Éric Fassin:

Tudo isso começou nos anos 1990, mais precisamente, em 1995, com a Conferência de Pequim, sobre as mulheres, organizada pela [Organização das Nações Unidas] ONU, tornando-se visível nos anos 2000 com a publicação de documentos pelo Vaticano (...). Todo um léxico de termos ambíguos e controversos sobre a vida e a família passa a ser mobilizado. Igualmente, em 2004, há a carta do cardeal Ratzinger sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo (Entrevista, Pelúcio e Paz, 2019: s/p).

Em um texto de 2015, a socióloga italiana, Sara Garbagnoli, tinha apontado para este momento ligado à Conferência de Pequim, como momento em que a Igreja católica elabora o que pode ser chamado de uma “teologia da mulher” (Garbagnoli, 2015: 6), baseada em uma suposta consubstancialidade entre os sexos, os papéis sociossexuais e a divisão sociossexual do trabalho.

A promoção da teologia da mulher, e do novo feminismo e da cruzada contra a ‘teoria do gênero’ são dois aspectos complementares de um mesmo dispositivo reacionário que visa à renaturalização dos grupos de sexo (Garbagnoli, 2015: 8).

A partir de um arcabouço teórico emprestado ao feminismo materialista francês, Sara Garbagnoli conclui que o “sintagma ideologia de gênero” constitui uma virulenta reação dos grupos conservadores contra a voz dxs oprimidxs. Escreve a autora:

A invenção do sintagma ‘teoria/ideologia de gênero’ pode ser apreendida como uma reação política diante da tomada da palavra pelos grupos minoritários e, mais precisamente, diante da produção de categorias teóricas (...). As expressões ‘teoria de gênero’ e ‘ideologia de gênero’, assim como o dispositivo teórico no interior do qual elas funcionam, são armas retóricas reacionárias que visam a renaturalizar a ordem sexual, deslegitimando teorias e lutas que são portadoras de uma revolução estética no sentido forte do termo, pois tocam (*sic*) as categorias de percepção do mundo social (Garbagnoli, 2015: 12).

A partir das reflexões da feminista materialista Colette Guillaumin, Garbagnoli identifica, então, no uso de expressões como ‘teoria/ideologia de gênero’ dispositivos discursivos reacionários que, através da re-naturalização e da re-essencialização das diferenças, visam a colocar novamente as minorias no seu lugar de subordinação e a reafirmar a ordem hierárquica supostamente natural dos sexos e das sexualidades. Para isso, na lógica desses grupos ultraconservadores, é preciso “deslegitimar e estigmatizar os saberes e as lutas das minorias” (Garbagnoli; Prearo, 2017: 8), que tinham se insurgido para afirmar o caráter socialmente produzido e histórico das relações de dominação que as oprimem. Os saberes minoritários trouxeram, então, essa revolução, ou seja, uma mudança radical na maneira de perceber o mundo social, ao dissolver a *doxa* naturalizada da compreensão das relações entre os sexos e as sexualidades.

Aqui são interessantes as reflexões de Éric Fassin (2019) sobre a existência de um “populismo anti-intelectual”, ou seja, de um forte anti-intelectualismo reivindicado pelos grupos anti-gênero, que querem nos confinar ao domínio do senso comum, daquele senso comum que os discursos das minorias têm desnaturalizado e que a ofensiva anti-gênero quer despertar novamente e assentar nas bases rígidas e supostamente inquestionáveis de uma doutrina naturalista. Como afirma Éric Fassin, na entrevista realizada por Larissa Pelúcio e Diego Paz,

o que foi reivindicado pela direita é que ficássemos no nível do senso comum quanto às discussões de gênero e sexualidade. O senso comum contra a teoria do gênero. É claro que estamos entrando em algo que não é mais apenas religião, mas uma forma de populismo anti-intelectual (Entrevista, 2019, s/p).

Com certeza, a dimensão do anti-intelectualismo é um elemento central do funcionamento dos movimentos anti-gênero e de sua proposta reacionária, centrada na reafirmação de uma esfera hierárquica e doutrinária inquestionável. Nessa linha vão também os apontamentos da filósofa feminista, Elsa Dorlin, ao retratar o posicionamento católico relativo à nomeada ideologia de gênero como *agnostologia*. Segundo as palavras da autora, a

agnostologia descreve um particular gesto epistemológico que consiste em apagar as visões e pontos de vista alternativos e antagônicos, de uma forma que erradica ativamente da realidade e mesmo das possibilidades de realidade as experiências de vida dos dominados (Dorlin, 2016: 264).

Dorlin se inspira nesse texto nos propósitos de Krzysztof Charamsa, religioso e teólogo católico que foi afastado de suas funções, após seu *coming out* em 2015. Segundo a autora, esta postura de ignorância se revela 1) no fato de que as autoridades teológicas católicas não leem as contribuições dos Estudos de Gênero e Sexualidades e não fazem o esforço de entender as reivindicações que surgem dos movimentos sociais como o movimento LGBT. Isso configura, segundo Dorlin, uma nova forma de “violência epistêmica” (Dorlin, 2016: 265) e uma “injunção ao silêncio” (*idem*); 2) na redução do gênero a inimigo, sem a possibilidade de apelar a uma multiplicidade de sentidos e significações antagônicas em sua interpretação; 3) na dimensão emotiva desta campanha anti-gênero na qual “ativistas e teóricxs LGBT e feministas são agora

os novos pagãos, aquelas pessoas ímpias, comunidades e famílias sem fé (...). Sabemos que esta apreensão emocional de vivências e experiências heterodoxas constrói um aparato enredado de poder: *todos os católicos são heteros (stright), todxs xs queer são blasfemos* (Dorlin, 2016: 266).

À luz dessas argumentações, concordamos com os apontamentos de Anne Charlotte Husson (2014) quando ela contesta a possibilidade de colocar no mesmo plano o discurso acadêmico e científico conduzido pelos Estudos de gênero e o discurso político-religioso dos movimentos anti-gênero, que seguem uma retórica anti-intelectual totalmente despreocupada com uma fundamentação teórica precisa dos termos que mobilizam.

Das ‘cruzadas anti-gênero’ às guerras culturais como vetor de colonização do Sul global

Ao apresentar este contexto como ataque específico contra a categoria de gênero, como um discurso anti-gênero ou uma “ofensiva anti-gênero” (Junqueira, 2022), cuja origem está na doutrina católica, o risco é, porém, de perdermos de vista como outros marcadores sociais e outros grupos oprimidos (racializados, empobrecidos pelos efeitos do neoliberalismo) também são visados pelos ataques desta construção do pensamento reacionário, encarnado pelos atores anti-gênero, e de esquecermos do fato de que as cruzadas anti-gênero não agem somente no mundo ocidental de matriz católica, mas também e, em grande medida, por agentes evangélicos neopentecostais, assim atingindo e inflamando países do Sul global, através de estratégias de guerras dissimuladas ou guerras por procuração que, por sua vez, encarnam novas formas do domínio colonial. Rogério Diniz Junqueira (2022) introduz a referência às igrejas evangélicas neopentecostais na veemente repercussão da agenda anti-gênero, no Brasil e na América latina, apesar destas “não terem sido – até onde se sabe – protagonistas na gênese do sintagma ‘ideologia de gênero’” (Junqueira, 2022: 21). Sem entrar no mérito da definição de uma origem – católica, evangélica ou outra – das campanhas anti-gênero, gostaríamos de chamar a atenção para a centralidade dos atores evangélicos (diversas igrejas neopentecostais), instituições ligadas à direita cristã norte-americana na perpetuação e na globalização de guerras culturais. Diferentemente do termo “cruzada anti-gênero”, usada por Sara Garbagnoli e Massimo Prearo, retomada, no Brasil, por Rogério Diniz Junqueira⁸, expressão que remete ao contexto católico de países como Itália e França, e que tem na reação contra a desnaturalização da ordem sexuada e sexual (Garbagnoli; Prearo, 2017) seu principal vetor, o termo guerras culturais remete para um espectro mais amplo de ofensivas, por parte dos grupos ultra-conservadores que, além da agenda anti-feminista e anti-homossexualidade, promovem ataques ao antirracismo, à descolonização dos currículos ou mesmo à crítica ao neoliberalismo. Com isso não pretendemos negar que a agenda anti-gay e pró-família não constitua um dos principais vieses das guerras culturais encampadas pela direita cristã norte-americana e seus braços transnacionais. Neste sentido, podemos citar as posições de Scott Lively, militante da direita evangélica norte-americana, que participou do seminário em Kampala (Uganda), em 2009, poucos

⁸ Junqueira introduz uma breve referência à instrumentalização da pauta anti-gênero em países do continente africano em consequência da “influência da direita religiosa radical estadunidense” (Junqueira, 2022: 78) e a função que esta força política tem desenvolvido nessa região “na adoção de lei draconiana no campo da moral sexual” (Junqueira, 2022: 78).

meses antes do parlamentar ugandense David Bahati apresentar um projeto de lei contra a homossexualidade. Em seu livro intitulado *Redeeming the Reimbow*, Lively escreve que

a igreja deve acordar para a realidade de que a assim chamada ‘guerra cultural’ é, mais do que outra coisa, uma disputa entre as opostas e contraditórias filosofias do ativismo homossexual e do cristianismo (Lively, 2009, p. v).

Se as questões de gênero e de sexualidade se situam no coração das guerras culturais, estas se derramam, porém, também em outras direções, que implicam a defesa dos privilégios da branquitude, da cultura ocidental-cristã, a islamofobia, políticas anti-imigração e anti-Estado de bem-estar social e, sobretudo, a afirmação do mito da pós-racialidade.

E ainda mais, apesar do entendimento de que as ofensivas anti-gênero têm, hoje, uma cara incontestavelmente internacional, o uso da expressão guerras culturais nos parece apontar de maneira mais explícita – pelo menos após as contribuições de Kapyra Kaoma (2009 e 2012), Mark Gevisser (2010), Sokari Ekine (2016) e outrxs sobre sua exportação para o continente africano – em direção à empresa neoimperialista e neocolonial de controle do Sul global. Estes autorxs denunciam a ação de grupos evangélicos norte-americanos que vêm exportando as guerras culturais estadunidenses em contextos do Sul global e, particularmente, na África de ex-colonização britânica. Em um texto sobre o caso de Uganda, Marcia Oliver argumenta, por sua vez, que a agenda anti-gay transnacional da direita cristã herda e reencarna os *scripts* sexuais da época colonial (a ideia da rígida heterossexualidade dos africanos e da anti-africanidade da homossexualidade *versus* a suposta branquitude das pessoas dissidentes sexuais), ao passo que vem radicalizar as desigualdades entre norte e sul globais (Oliver, 2013)

Os estudos do reverendo Kapyra Kaoma foram pioneiros em mostrar que o pânico moral ao redor das minoras sexuais, que atravessa vários países africanos, afunda boa parte das suas raízes no fundamentalismo cristão fomentado, em particular, por vertentes evangélicas estadunidenses, defensoras de uma visão conservadora heteropatriarcal. Kapyra Kaoma é um pastor anglicano de Zâmbia, defensor dos direitos LGBTIQ+ e das políticas de igualdade de gênero (ver o documentário “God loves Uganda”⁹). Entre 2009

⁹ Documentário do cineasta afro-americano Roger Ross Williams (2013) sobre a influência da direita cristã norte-americana, através de igrejas evangélicas de cunho fundamentalista, em particular a International House of Prayer, em Uganda no contexto da elaboração da projeto de lei anti-homossexualidade em 2009. O tema voltou neste ano de 2023 novamente de extrema atualidade em Uganda após a aprovação pelo

e 2012, ele publicou dois relatórios nos quais denunciou a ação de igrejas evangélicas ligadas à direita cristã norte-americana, ativas em vários países africanos e portadoras de uma agenda abertamente homofóbica e hostil aos direitos das minorias sexuais e de gênero. Para Kaoma, a “politização da homossexualidade” (2016) em muitos países africanos, particularmente de ex-colonização britânica, seria a consequência do que ele chama de “globalização das guerras culturais” (2009) estadunidenses. As análises de Kaoma documentam amplamente estas táticas de penetração do conservadorismo cristão estadunidense em vários países africanos, que se disfarçam de luta anticolonial, enquanto representam, ao contrário, “uma campanha de conservadores ocidentais que estão fornecendo financiamento às igrejas africanas para usá-las, por procuração (*proxy force*), em sua guerra cultural nos EUA” (Kaoma, 2009, p. 5). Estes movimentos ultraconservadores vinculados a igrejas da Renovação jogaram a carta da suposta incompatibilidade das minorias sexuais e de gênero com os valores africanos, centrados na ideia heterossexual da família. As minorias sexuais são assim acusadas de neocolonialismo e culpadas de serem um viés de ocidentalização¹⁰. Partindo das revelações de Kaoma, já tivemos a oportunidade de apontar que

a direita cristã estadunidense conseguiu alavancar boa parte do cristianismo na África e se passar por defensora de valores tradicionais africanos e afrocentrados, dos quais a homossexualidade estaria excluída (Rea, 2021: 135).

Kaoma tem, de fato, amplamente revelado esta estratégia dos atores da direita cristã estadunidense, representados por poderosos grupos de influência, que tentam

Parlamento de um novo projeto de lei de criminalização da homossexualidade em 21 de março de 2023, cfr. <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/04/president-museveni-must-veto-anti-homosexuality-bill/>

¹⁰ Como destaca Sara Garbagnoli em um artigo de 2014, a própria Igreja Católica tem usado a ideia de colonização no contexto dos ataques anti-gênero falando em “colonização da natureza humana” para indicar a ação supostamente destruidora da categoria de gênero e seu potencial de desnaturalização das relações sociais de dominação. Escreve mais em detalhe Sara Garbagnoli: “Na quinta relação sobre a Doutrina Social da Igreja a teoria-do-gênero é apresentada como sendo responsável da ‘colonização da natureza humana’, de produzir um ‘desafio histórico’ que, pelo seu ‘caráter subversivo’, terá ‘repercussões enormes e devastadoras sobre o direito, a política, as políticas sociais’” (Garbagnoli, 2014: 148). A imagem da colonização, evocada pelo documento eclesiástico, introduz a ideia de uma suposta “ação globalista do *gender*” (Junqueira, 2022: 77), ou mesmo da imposição de um pensamento único de matriz imperialista. Diniz Junqueira aponta, por sua vez, para a expressão “colonização ideológica” (Junqueira, 2022: 78) como uma das formas em que a Igreja católica e os movimentos religiosos ultraconservadores se referem à ideologia de gênero, como uma maneira para alavancar países do Sul global nas pautas antifeministas e contrárias aos direitos das minorias sexuais e de gênero.

desacreditar o trabalho das forças progressistas favoráveis à defesa das minorias sexuais. Apesar de sua proximidade com regimes coloniais e de apartheid, opostos à emancipação dos povos africanos, estes grupos político-religiosos ultraconservadores, como o Institute on Religion and Democracy (IRD), têm conseguido se passar, em muitos países africanos, por paladinos das culturas locais, supostamente ameaçadas pela causa homossexual enxergada como uma pauta puramente ocidental (Kaoma, 2009).

Isso mostra como a chamada “homofobia africana” tem, na verdade, pelo menos em parte raízes externas, nas campanhas da direita cristã norte americana e na exportação das guerras culturais, mas também nas leis coloniais e Códigos Penais aplicados pelos colonizadores, como bem mostram as contribuições de autores como van Klinken e Chitando (2016) e Mark Gevisser (2010). Consideramos que estas análises representam uma peça importante na desconstrução da lógica do suposto “excepcionalismo” norte-americano (Puar, 2007; Puar, 2015) e ocidental, em matéria de gênero, sexualidade e democracia. Nessa linha, podemos questionar a ideia, patrocinada pelos movimentos LGBT ocidentais e homonacionalistas, segundo a qual o mundo ocidental seria o principal veículo de expansão dos direitos LGBT e de uma política sexual democrática de inclusão, enquanto o Sul global e o continente africano, em particular, permaneceriam ligados a formas atávicas de intolerância e de violência contra as minorias sexuais. É possível mostrar, ao contrário, que o mundo ocidental e os Estados Unidos também, exportam homofobia, discursos e práticas de intolerância contra a dissidência sexual e de gênero. Em particular, a importância da tese de Kapyka Kaoma e de outras contribuições que problematizam e matizam “a imagem monolítica de uma homofobia africana” (van Klinken; Chitando, 2016: 2) consiste em apontar para o fator do neoimperialismo estadunidense e, particularmente, nas estratégias político-religiosas da direita cristã norte-americana, como uma das motivações principais que permitiram a difusão da homofobia de Estado, na África (Rea, 2021).

A trama do ultraconservadorismo e do neoliberalismo

Um último ponto a ser desenvolvido concerne a relação entre o ultraconservadorismo moral e cultural e as posições neoliberais. Apesar das diferenças que separam estas duas faces do conservadorismo contemporâneo - o conservadorismo religioso/moral e o conservadorismo econômico de matriz neoliberal - existem pontos de

convergência. De fato, a evocação do Estado mínimo, elemento central dos programas neoliberais, funciona tanto na limitação da intervenção estatal para reduzir as desigualdades socioeconômicas como na defesa do espaço privado familiar, responsável pela transmissão de valores morais que não poderiam ser questionados por políticas educacionais inclusivas, por exemplo. Enquanto núcleo supostamente privado e anterior ao Estado e suas políticas sociais, a família é enxergada pelos movimentos anti-gênero como o único e legítimo lugar de educação das crianças, o que leva tais grupos a impulsionarem processos de privatização no campo educativo para além do econômico (Prado, 2022; Junqueira, 2022). Rogério Junqueira apresenta estas tensões e convergências entre o ultraconservadorismo dos movimentos anti-gênero, movidos pelo anseio de renaturalizar a ordem sexual e fixar novamente suas hierarquias e o conservadorismo econômico neoliberal. Nesta linha, escreve o autor,

não são raras as situações em que os paladinos da moral religiosa se mostram dispostos a estabelecer coalizões com setores que assumem posições ultraneoliberais na economia e depreciativas em relação aos direitos sociais e às liberdades democráticas. E vice-versa. Desse modo, ambos podem assumir posições convergentes em relação à adoção do estado mínimo e de políticas centradas nos interesses do grande capital (que podem incluir, por exemplo, o aumento de incentivos públicos a instituições privadas ou religiosas nas áreas da educação, saúde e assistência social, entre outras), à redução da despesa pública em favor de grupos vulneráveis, à restrição à participação política, entre outras (Junqueira, 2022: 47).

Apesar das diversas facetas dos movimentos de extrema direita, existe uma profunda solidariedade entre a aspiração a renaturalizar a ordem dos sexos e das sexualidades com suas presumidas hierarquias inquestionáveis e as pretensões, avançadas pela “doxa neoliberal, que nega a pertinência de uma análise em termos de relações sociais” (Garbagnoli, 2015: 3), e rejeita a necessidade de políticas estatais de correção das desigualdades sociais.

No contexto de movimentos ultraconservadores de matriz evangélica, semelhante convergência de tendências se expressa na teologia da prosperidade, segundo a qual, sendo a riqueza e a prosperidade material uma manifestação da virtude individual e uma marca da futura salvação, não caberia ao Estado intervir mediante políticas sociais para corrigir as desigualdades socioeconômicas, conforme pregado pelo modelo do Estado de bem-estar. Segundo esta visão político-teológica, cabe aos indivíduos e a instituições de

cunho ético e religioso (esfera privada) dispensar cuidados para pessoas vulneráveis ou até mesmo empreender obras sociais, como a construção de escolas ou hospitais. Kanya Kaoma observa a influência desta corrente teológico-econômica nos países africanos afetados pela ação da direita cristã norte-americana. Kaoma escreve a este propósito que:

Também, deriva da influência do neopentecostalismo, o evangelho da prosperidade, a ideia segundo a qual, se os cristãos forem fiéis, experimentarão a prosperidade material na terra, e que a riqueza é uma medida da sua virtude (...). O evangelho da prosperidade é muito popular no continente e, no entanto, é um anátema para muitos defensores dos direitos humanos, que temem que altere o papel da ação social e governamental em desafiar os males econômicos (KAOMA, 2012, p. 3).

No intuito de apresentar com mais profundidade estas dobras neoliberais dos movimentos ultraconservadores cristãos na África e no Sul global, pensamos que seja necessário interligar as análises de Kaoma sobre a exportação das guerras culturais com as considerações do intelectual indiano Rahul Rao sobre as “condições materiais que são incubadoras para os pânicos morais homofóbicos” (Rao, 2015: 38). De fato, este autor considera insuficiente uma compreensão puramente cultural da homofobia, que ignore suas raízes econômico-materiais, produzidas pelo esgarçamento do tecido social. Tais condições materiais e econômicas se produzem a partir da aplicação de políticas neoliberais de retirada do Estado e de ações governamentais para reduzir a pobreza, para melhorar o acesso à saúde e à educação. De fato, argumenta Rao, ao esgarçar o tecido social, as políticas neoliberais e de austeridade criam condições permanentes de vulnerabilidade e de grande insegurança das populações mais carentes e deixam abertos espaços nos quais se insinua a ação de atores religiosos, como os grupos evangélicos, que vêm responder às carências da retirada neoliberal do Estado. As instituições financeiras internacionais tentam, desta forma, se passar por progressistas no plano dos costumes encobertando a responsabilidade que elas têm na alimentação da homofobia. Sem contar que, nos contextos de países do Sul profundamente afetados pelas normas de mercado, o Banco Mundial tem financiado o trabalho de agências de desenvolvimento de matriz religiosa, particularmente evangélicas, reconhecendo o trabalho de prestação de serviços sociais desenvolvidos por atores religiosos que, ao mesmo tempo, patrocinam atitudes homofóbicas (Rao, 2015). O caso de Uganda é amplamente analisado, por Rao, como emblemático na descrição da hipocrisia e da dissimulação do Banco Mundial e outras instituições financeiras neoliberais em se fazer as porta-vozes da luta anti-homofobia,

enquanto apoiavam organizações e agências promotoras de discursos e de práticas homofóbicas. Rao lembra, a este propósito, que, quando Uganda passou a Lei Anti-Homossexualidade, em 2014, o Banco Mundial congelou 90 milhões de dólares de empréstimo para este país, como retaliação (Rao, 2015). Muitos movimentos LGBT internacionais, agentes do homocapitalismo, apoiaram esta decisão acreditando que o enfrentamento das discriminações em termos de gênero e de sexualidade seja indispensável para combater a pobreza, seguindo, assim, o pensamento do Banco Mundial. Tais manobras e tais decisões esquecem, porém, e até apagam o fato de que

as políticas neoliberais impostas ao estado ugandense pelas instituições financeiras internacionais e pelos doadores como os Estados Unidos tiveram profundas consequências que são diretamente pertinentes para explicar a homofobia contemporânea, em Uganda, abrindo o espaço para, e empoderando os mesmos atores que estão à frente da produção da homofobia, e engendrando ansiedades que nutrem os pânicos morais nos quais as pessoas queer (mas também xs trabalhadorxs do sexo, as prostitutas e outrxs) se tornaram fáceis bodes expiatórios (Rao, 2015: 47).

As análises de Rao nos ajudam a pensar como os inimigos do gênero e da dissidência sexual não são somente as forças do neoconservadorismo religioso, e sim também as do neoliberalismo e do neoimperialismo que, por sua vez, ao deixar vastas porções do campo da prestação de serviços sociais e projetos humanitários, em países do Sul global, nas mãos de iniciativas privadas de matriz religiosa e ao aplicarem políticas de sanções que afetam as populações locais, promovem aquela intolerância que dizem combater. Assim, as intervenções neoliberais e de ajudas condicionadas por parte de instituições financeiras internacionais reproduzem políticas hegemônicas de desenvolvimento (Rao, 2015) que alimentam a vulnerabilidade das populações LGBTIQ+ locais, mais facilmente expostas a se tornarem bodes expiatórios da intervenção externa (ocidental) e das sanções dos doadores, ressentidas como uma ameaça a soberania nacional (Ekine, 2013; Ndashe, 2013).

Conclusão

Neste texto, tentamos afirmar que a defesa do termo gênero e seu valor epistemológico e político diante dos ataques de forças reacionárias e anti-democráticas não pode ser conduzida sem que se reflita, ao mesmo tempo, sobre as possíveis formas de sua decolonização. Assim, ao reivindicar o gênero como uma importante e valiosa

categoria de análise para desvendar as pretensões de naturalização de relações de dominação, é necessário interrogar, ao mesmo tempo, a “matriz de dominação” (Curriel, 2021) na qual o gênero está, a cada vez, inserido. Esta matriz de dominação é sempre sócio-historicamente contextualizada e as normas de gênero atuam em cada contexto de maneira diferente. Assim, concordamos com as análises da feminista decolonial, Rita Segato, quando aponta para a existência de um “patriarcado comunitário de baixa intensidade” nas sociedades pré-coloniais (Segato, 2021: 85) com suas próprias “nomenclaturas de gênero” (Segato, 2021: 99), estruturadas, porém, de maneira “diferente do gênero ocidental” (*idem*). Desta forma, o gênero como categoria analítica capaz de desvendar o caráter histórico das relações de dominação, permanece um instrumento valioso de desnaturalização da compreensão das relações sociais, apesar das expressões do “gênero enquanto estrutura social” (Garbagnoli, 2014: 151) apresentarem diferentes conformações sócio-histórica e culturalmente específicas. Em outros termos, retomando análises do feminismo decolonial, afirmamos que o conceito de gênero, como ferramenta de desnaturalização das relações de dominação, não implica a redução nem o apagamento de formas diversificadas de sistemas sociais e epistêmicos de gênero que, ao longo da história, vieram a se entrecruzar e até se chocar com as estruturas de gênero próprias da colonial modernidade ocidental.

Em conclusão, precisamos considerar que, quando falamos de gênero ameaçado ou de gênero como ameaça, é todo este conjunto complexo de questões que precisamos trazer à tona e não simplesmente a polêmica sobre a ideologia de gênero, os ataques dos grupos anti-gênero. Ou seja, pensamos que para enfrentar os ataques da ultradireita religiosa, é necessário, ao mesmo, tempo encarar e contestar os avanços do neoliberalismo e do neoimperialismo que, como mostram as reflexões de teóricxs *queer of color*, têm fagocitado e se apropriado de pautas ligadas ao gênero para exportar agendas de mercado e interesses do mundo ocidental em países do Sul global. Assim, na ótica decolonial das co-produções e co-formações apresentada por Paola Bacchetta (2015), a defesa do conceito de gênero investe, ao mesmo tempo, outras questões, tais como as do racismo, da colonialidade, do imperialismo ou do neoliberalismo.

Nesta mesma linha, ao introduzir categorias como as de homonacionalismo ou homocapitalismo, elaboradas pela teoria *queer of color*, tentamos alargar a crítica dos argumentos anti-gênero a partir de uma perspectiva que, ao mesmo tempo, visa a

questionar o poder em suas diferentes e intrincadas ramificações. Se a teórica feminista Mari Matsuda (*apud* Crenshaw, 2002) afirma que a abordagem interseccional consiste sempre em colocar a outra pergunta, é também esse o caminho que temos aqui tentado percorrer.

REFERÊNCIAS

BACCHETTA, Paola; MAIRA, Sunaina; WINANT, Howard. “Introduction. Global Raciality: Empire, Postcoloniality, Decoloniality”. In: BACCHETTA, Paola; MAIRA, Sunaina; WINANT, Howard **Global raciality. Empire, Postcoloniality, Decoloniality**. Routledge, 2019.

BACCHETTA, Paola. « Décoloniser le féminisme : intersectionnalité, assemblages, co-formações, co-produções ». **Cahiers du CEDREF**, pp. 125-137, 2015.

BACCHETTA, Paola. « Ré-présence: Les forces transformatives d’Archives de Queer racisé.e.s ». **Decolonizing Sexualities Network**, 2018. Disponível em : <https://decolonizingsexualities.org/blog/a-hrefhttpsdecolonizingsexualitiescom20180517paola-bacchetta-on-the-queer-archives-paris-may-2018paola-bacchetta-on-the-queer-archives-paris-may-2018a> Visto em 11/04/2023.

BERENI, Laure; TRACHMAN, Mathieu. **Le genre, théories et controverses**. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

CURRIEL, Ochy. “Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje. Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp. 121-138, 2020.

DORLIN, Elsa. “Unreal: Catholic Ideology as Epistemological War”. **Religion and Gender**, vol. 6, nº2, 264-267, 2016.

EKINE, Sokari. “Beyond Anti-LGBT Legislation: Criminalization and the Denial of Citizenship”. In: BAKSHI, Sandeep; JIVRAJ, Suhraiya, POSOCCO, Silvia. **Decolonizing Sexualities**. Transnational Perspectives, Critical Interventions. Oxford: Counterpress, 2016. p. 19-31.

FASSIN, Éric. « A democracia sexual no coração da democracia: a centralidade do gênero para a leitura do presente”. Entrevista de Larissa Pelúcio e Diego Paz. **Interface**, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/dp6WfstkkjcBp9fKvqtjZQy/?format=pdf&lang=pt> Visto em: 23/04/2023.

FASSIN, Éric. « Les ‘forêts tropicales’ du mariage hétérosexuel. La loi naturelle et les lois de la nature dans la théologie actuelle du Vatican ». **Revue d’éthique et de théologie morale**, n°261, pp. 201-222, 2010.

HARITAWORN, Jin; KUNTSMAN, Adi; POSOCCO, Silvia. **Queer Necropolitics**, Routledge, 2014.

HUSSON, Anne-Charlotte. “Stratégies lexicales et argumentatives dans le discours anti-genre : le lexique de VigiGender », Sertan, ULB, 2016.

HUSSON, Anne-Charlotte. « Théorie du Genre : une formule au cœur du discours antigendre ». Intervention pour la journée d’étude « Que faire de la "théorie du genre" ? », ENS de Lyon, 17 octobre 2014. Disponible em : <https://hal.science/hal-01250669/document> Visto em: 21/04/2023.

GARBAGNOLI, Sara; PREARO, Massimo. **Les croisades anti-genre**. Du Vatican aux manifs pour tous. Paris : Textuel, 2017.

GARBAGNOLI, Sara. « L’hérésie des ‘féministes du genre’. Genèse et enjeux de l’antiféminisme ‘anti-genre’ du Vatican ». In : LAMOUREUX, Diane ; DUPUIS-DÉRY, Francis. **Les antiféminismes**. Analyses d’un discours réactionnaire. Remue-Ménage, 2015.

GARBAGNOLI, Sara . « Le Vatican contre la dénaturalisation de l’ordre sexuel : structure et enjeux d’un discours institutionnel réactionnaire ». **Synergie Italie**, n°10, pp. 145-167, 2014.

GEVISSER, Marc. “Homosexuality and the Global Culture Wars’. 2010. Disponible em: <https://www.markgevisser.com/essays-in-books/blog-post-title-one-gldzp-553xx-5nlrb-gynht-5mxnw-fzhlx> Visto em: 21/04/2021.

GROSGOUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Cortez Editora, pp.383-417, 2010.

KAOMA, Kapyra. “An African or Um-African Sexual Identity? Religion, Globalisation and Sexual Politics in Sub-Saharan Africa”. In: KLINKEN, Adrian van; CHITANDO, Ezra. **Public Religion and the Politics of Homosexuality in Africa**. London & New York, 2016.

KAOMA, Kapyra. **Colonizing African Values**. How the U.S. Christian Right is transforming sexual politics in Africa. Somerville, MA, USA: Political Research Associates. 2012.

KAOMA, Kapyra. **Globalizing the Culture Wars: U.S conservatives, African churches and homophobia**. Somerville, MA, USA: Political Research Associates. 2009

LIVELY, Scott. **Redeeming the Rainbow**. A Christian Response to the “Gay” Agenda. Springfield: Veritas Aeterna Press, 2009.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3. p. 935-952, 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da ideologia de gênero**. Um projeto reacionário de poder. Brasília: Letras Livres, 2022.

KLINKEN, Adriaan van; CHITANDO, Ezra. Introduction: Christianity and the politics of homosexuality in Africa. In: CHITANDO, Ezra; van KLINKEN, Adriaan. *Christianity and Controversies over Homosexuality in Contemporary Africa*. Abingdon: Routledge, 2016.

LÉPINARD, Éleonore; LIEBER, Marylène. **Les théories en études de genre**. Paris : La Découverte, 2020.

OLIVER, Marcia. Transnational Sex Politics, Conservative Christianity, and Antigay Activism in Uganda. **Studies in Social Justice**, v. 7, issue 1, p. 83-105, 2013.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Prefácio. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da ideologia de gênero**. Um projeto reacionário de poder. Brasília: Letras Livres, 2022.

PUAR, Jasbir. “Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas”. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 3, n. 1, p. 297-318, 2015.

PUAR, Jasbir. **Terroristic Assemblages**. Homonationalism in Queer Times. Durham: Duke University Press, 2007.

RAO, Rahul. “Global homocapitalism”. **Radical Philosophy**, 194, 2015.

REA, Caterina Alessandra. “Fundamentalismos evangélicos e guerras culturais em contextos africanos: o debate ao redor das leis anti-homossexualidade”. **Anuário Antropológico**, v. 46, nº2, 2021.